



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 25/XI/2.ª

Aos doze dias do mês de Janeiro de dois mil e onze, pelas dez horas e dez minutos, reuniu, na Sala 2 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Distribuição de iniciativas legislativas;
- 2- Apreciação e votação das actas n.ºs 17/XI/2.ª a 21/XI/2.ª (correspondendo às reuniões de 7 a 20 de Dezembro de 2010);
- 3- Apreciação e votação do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, para audição do Professor Doutor Luís de Sousa e do Professor Doutor Manuel Meirinho sobre a Lei n.º 55/2010, de 24 de Dezembro que "Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais";
- 4- Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias;
- 5- Apreciação e votação de relatórios de petições;
- 6- Outros assuntos.

11:00 Horas - Audição do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) - *Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação.*

13:00 Horas

(Após a audição) - Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) - *Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação - Relator: Deputado Hugo Velosa (PSD).*

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi designado Relator da Conta Geral do Estado 2009 o Senhor Deputado António Gameiro (PS).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Em seguida, foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, as actas n.ºs 17/XI/2.ª a 21/XI/2.ª (correspondendo às reuniões de 7 a 20 de Dezembro de 2010).

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, para audição do Professor Doutor Luís de Sousa e do Professor Doutor Manuel Meirinho no âmbito do acompanhamento da aplicação e monitorização da Lei n.º 55/2010, de 24 de Dezembro que "*Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais*".

Intervieram na discussão os Senhores Deputados Teresa Morais (PSD), Filipe Neto Brandão (PS) e António Filipe (PCP), que convergiram na consideração de que vários equívocos na interpretação daquela Lei vinham sendo noticiados, sendo reproduzidas observações de académicos com interpretações impensáveis sobre disposições da Lei, que eram publicadas, pelo que se afigurava de todo o interesse convidar os autores de tais declarações a compartilhá-las com a Comissão, designadamente para a ponderação de eventuais alterações.

Aprovado por unanimidade o requerimento, foi deliberado propor o dia 18 de Janeiro para a audição das duas entidades sugeridas.

Em seguida, a Senhora Deputada Maria Manuela Augusto (PS) apresentou o seu relatório sobre a Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2008/203/CE, de 28 Fevereiro de 2008, que aplica o Regulamento (CE) n.º 168/2007 no que respeita à adopção de um quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

União Europeia relativo a 2007 – 2012 [COM (2010) 708], que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Foi ainda apreciada a nota sobre a admissibilidade da Petição n.º 102/XI/2.ª, da iniciativa de Sérgio Rodrigues, que *“Solicita a nacionalidade portuguesa originária para os netos de emigrantes portugueses nascidos no estrangeiro”*. Aprovada por unanimidade a referida nota, a petição foi arquivada liminarmente, nos termos do n.º 6 do artigo 9.º do Regime Jurídico de Exercício do Direito de Petição, aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (na redacção da Lei n.º 6/93, de 1 de Março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho e da Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto), uma vez que o domicílio do peticionário não se encontrava correctamente identificado, o que deu origem a que a Comissão, em 30 de Novembro de 2010, tivesse convidado o peticionante *“a completar o escrito apresentado”*, num prazo de 10 dias, com a advertência de que o não suprimento da deficiência apontada determinaria o arquivamento liminar da petição. Não tendo sido concretizado o suprimento da deficiência apontada, a Comissão procedeu ao seu arquivamento liminar.

Foi ainda apreciado o relatório final da petição n.º 100/XI100/XI/2.ª, da iniciativa de Franklim Pereira Lobo e outros (3 145 assinaturas), que *“Solicitam à Assembleia da República que, por ocasião da comemoração dos 100 anos da República, conceda uma amnistia/perdão aos cidadãos condenados penalmente”*, tendo o respectivo Relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) feito a sua apresentação, após o que o relatório final foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Por fim, foi aprovado por unanimidade o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 48/XI/2.ª (GOV) – *“Aprova a Lei de Arbitragem Voluntária”*, de que foi Relator o Senhor Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP), tendo as respectivas partes I e III sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Pelas 11 horas, teve início a audição do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais [no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) - *Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação.*

Após a intervenção do Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (Conselheiro Lúcio Barbosa) e da vogal deste Conselho (Juíza Guida Coelho Jorge), usaram da palavra para colocar questões os Senhores Deputados Teresa Morais (PSD), Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) e Manuel Seabra (PS), aos quais responderam todos os representantes do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (Conselheiro Lúcio Barbosa, Juíza Guida Coelho Jorge, Professor Doutor José Casalta Nabais e Dr.ª Teresa Morais Sarmento).

A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e transmitida no Canal Parlamento, encontrando-se o respectivo [registo vídeo](#) disponível para consulta na página Internet do Canal Parlamento.

No final da audição, o Senhor Deputado Hugo Velosa fez uma breve apresentação do parecer relativo à Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) - *Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Intervieram, a este propósito, os Senhores Deputados Manuel Seabra (PS) – que, congratulando o relator pela qualidade do parecer, afirmou não acompanhar algumas notas do documento –, Nuno Magalhães (CDS-PP) e António Filipe (PCP), que também deram os parabéns ao relator pela qualidade do parecer.

No final, as partes I e III do parecer foram aprovadas, com votos a favor do PSD, do CDS-PP, do BE e do PCP e a abstenção do PS, registando-se a ausência do PEV.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às treze horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 02-02-2011



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
António Montalvão Machado
Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Helena Pinto
Hugo Velosa
Isabel Oneto
Jorge Bacelar Gouveia
José Luís Ferreira
Manuel Seabra
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Nuno Magalhães
Oswaldo de Castro
Teresa Morais
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Montenegro
Luís Pita Ameixa
Ricardo Rodrigues

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados: